

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011. (Do Sr. AUREO)

Requer sejam convidados o Sr. Fernando Haddad (Ministro de Estado da Educação), o Sr. Jorge Hage (Ministro chefe da Controladoria-Geral da União - CGU), o Sr. Daniel Silva Balaban (Presidente do FNDE), o representante do TCU-Tribunal de Contas da União e o representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos acerca das medidas que estão sendo tomadas com relação à matéria veiculada pelo JORNAL NACIONAL, no dia 09 de maio, intitulada: Denúncia de problemas graves com merenda escolar motiva investigação.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, inciso XIV e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. Fernando Haddad (Ministro de Estado da Educação), o Sr. Jorge Hage (Ministro chefe da Controladoria-Geral da União - CGU), o Sr. Daniel Silva Balaban (Presidente do FNDE), o representante do TCU-Tribunal de Contas da União e o representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos acerca das medidas que estão sendo tomadas com relação à matéria veiculada pelo JORNAL NACIONAL, no dia 09 de maio, intitulada: Denúncia de problemas graves com merenda escolar motiva investigação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transferiu para estados e municípios R\$ 302.801.822,18 referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. O recurso já está disponível nas contas correntes das secretarias estaduais e municipais de educação, bem como da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e pode ser conferido na Internet, em www.fnde.gov.br / Liberação de recursos.

Para os estados e o Distrito Federal, foram destinados R\$ 125.809.080,00 e para os municípios, R\$ 176.934.456,00. Já os institutos federais de educação receberam R\$ 58.286,18.

O valor repassado pela União a estados e municípios vigora desde 2010 e é de R\$ 0,30 por dia letivo para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches, escolas indígenas e quilombolas recebem R\$ 0,60 por estudante e as escolas de ensino integral por meio do programa Mais Educação, R\$ 0,90.

O orçamento do programa de alimentação escolar para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica. Com a Lei nº 11.947/2009, 30% desse valor – R\$ 930 milhões – devem ser gastos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades.

No dia 09 de maio de 2011, o JORNAL NACIONAL veiculou a seguinte matéria - Denúncia de problemas graves com merenda escolar motiva investigação¹, *verbis*:

“A equipe do Fantástico visitou mais de 50 escolas públicas, estaduais e municipais de cinco estados e constatou a péssima condição dos alimentos.

O Fantástico mostrou, no último domingo (8), um exemplo do que não se deve fazer com o dinheiro público. A denúncia sobre problemas graves com a merenda escolar em escolas públicas motivou, nesta segunda, pedidos de investigação das irregularidades.

Em 25 dias de viagem a equipe do Fantástico registrou cenas chocantes. Eles visitaram mais de 50 escolas públicas, estaduais e municipais de cinco estados.

Em João Pessoa a comida que daria para cem alunos vai para o lixo. Em quatro dias na cidade, a cena da merenda indo para o lixo se repetiu em várias escolas.

No ano passado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apontou que os cardápios das escolas de João Pessoa não atendiam às necessidades de calorias e de alguns nutrientes.

Nesta segunda-feira (10), mais uma vez, a equipe de reportagem procurou o prefeito Luciano Agra, do PSB, mas ele não quis dar entrevista. Os vereadores da oposição decidiram pedir o impeachment dele.

“Nós não podemos assistir o nosso dinheiro descer pelo ralo, essas crianças passando fome, essas crianças se afastando da escola”, declarou o vereador de João Pessoa Fernando Milanez (PMDB).

¹ Jornal Nacional – 09/05/2011 - <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/denuncia-de-problemas-graves-com-merenda-escolar-motiva-investigacao.html>

Em Natal, por falta de merenda, os alunos de uma escola estudam duas horas por dia. A pouca comida encontrada estava vencida. “Nos sentimos obrigados a diminuir o horário pelo fato de muitos passarem mal, com dor no estômago e até mesmo desmaiar”, explicou a coordenadora pedagógica da escola Elaine Medeiros.

Nesta segunda, a prefeitura convocou a imprensa para se explicar: “Hoje eu tenho a ousadia de dizer que não falta merenda nas escolas de Natal”, garantiu o secretário de Educação de Natal, Walter Fonseca.

Em Taubaté, interior de São Paulo, uma testemunha que o Ministério Público prefere não identificar confessou que pegou propina 72 vezes em uma empresa que fornecia merenda para a cidade e que entregou tudo ao prefeito e à mulher dele. Ela calcula que Roberto Peixoto e Luciana Peixoto tenham recebido 5 milhões.

A equipe foi à casa e ao gabinete do prefeito, que também não apareceu. Em Brasília, o senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba, quer que a comissão de educação apure as denúncias.

“Todos queremos explicação e a sociedade cobra um posicionamento claro das autoridades competentes”, afirmou.

Só este ano, os estados e as prefeituras devem receber 3 R\$ bilhões do Governo Federal para a merenda escolar.

“Nós consideramos inadmissível que, nos dias de hoje, ainda existam municípios brasileiros com aquela situação relacionada com a alimentação escolar”, declarou Daniel Balaban, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC.

Sobre o pedido de impeachment do prefeito de João Pessoa, Luciano Agra, a assessoria dele considerou que é um exagero dos vereadores. A prefeitura informou que vai acabar com a terceirização da merenda e que assumirá a prestação desse serviço a partir do segundo semestre.

Em Taubaté, os vereadores decidiram criar três comissões para investigar as denúncias contra o prefeito Roberto Peixoto.”

Diante dos fatos acima aludidos, a situação exige a cooperação entre os diversos Poderes da República, entretanto, é da competência e da responsabilidade desta Casa, fiscalizar e acompanhar a execução dos recursos públicos.

Daí as razões pela qual apresento o Requerimento de Audiência Pública, contando com o valioso apoio de meus pares.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2011.

**Deputado AUREO
PRTB/RJ.**